

EDITORIAL

A RDE lança neste mês o seu 43º número relativo a setembro de 2019, agora adequadamente indexado nos portais que lhe permitem uma maior transparência no mundo acadêmico para o qual preferencialmente circula. Nesta edição, como de praxe, veicula quinze artigos que tratam de uma temática relacionada à economia regional, urbana e outras ciências sociais correlatas.

O primeiro texto fala sobre políticas públicas de saneamento básico, tomando como base, um estudo de caso no município paranaense de Ipiranga. Trata-se de um exemplo típico de situações dessa natureza onde se contrapõem as razões econômicas e as sociais. Pelas primeiras o projeto seria pacificamente reprovado. Não haveria retorno adequado para o capital investido. Contudo, pelas razões sociais, o projeto seria executado tendo em vista o seu mérito social. É o caso de uma relação benefício/custo altamente positiva. O texto seguinte trata do setor industrial brasileiro, os seus desafios e oportunidades. Elogia o processo de substituição de importações, deflagrado ainda na primeira metade do século XX, considerando-o autêntico como política de industrialização do País referindo-se aos subsequentes como aditivos complementares. Destaca o protagonismo da China na competitividade internacional e a perda de competitividade da indústria de transformação concentrada no Sudeste devido ao surgimento de novos produtores no exterior, ao desenvolvimento de novos canais para a integração econômica e aos entraves que englobam o custo-Brasil (principalmente custo de pessoal, produção e energia). O quadro traçado é pessimista e parece não haver soluções objetivas... Corresponde ao terceiro texto a articulação dos fluxos econômicos interestatais realizado pelas cidades-gêmeas de Guajará-Mirim (Rondônia) e Guayaramerín (Beni-Bolívia). O estudo demonstra a fragilidade e pouca viabilidade do relacionamento econômico entre as duas cidades. O quarto texto deriva para uma preocupação na área da tecnologia da informação tratando do “viés de gênero no acesso e na intensidade de uso da Internet pela população em idade ativa no Brasil: evolução e fatores associados (2005-2015)”. Trata-se da questão do empoderamento feminino. A autora depois de amplo exercício estatístico conclui que “de forma geral, as evidências corroboram a hipótese de que, embora as mulheres estejam mais conectadas, ou seja, tenham maior chance de acesso à rede do que os homens, ainda possuem desvantagem na intensidade do uso da Internet, ou, exposto

de outra forma, no aproveitamento do rol de serviços possibilitados pelo acesso à Internet. Saindo da área de informática, o quinto texto refere-se a uma avaliação para os “serviços de média complexidade” do Plano Diretor de Regionalização da Saúde de Minas Gerais. Segundo os autores “O trabalho busca analisar o acesso a serviços de saúde de média complexidade no Estado de Minas Gerais a partir dos fluxos intermunicipais de pacientes, ou seja, identificar a configuração da rede urbana de saúde de Minas Gerais através da delimitação dos polos microrregionais de atendimento à saúde e suas áreas de influência. As unidades espaciais básicas para a identificação dos polos microrregionais são os municípios mineiros. O período de análise é o ano de 2012. Os resultados demonstram que a rede de saúde no Estado de Minas Gerais possui uma grande disparidade na distribuição dos atendimentos com grande concentração em alguns polos, revelando o não cumprimento do princípio de equidade no acesso à saúde, já que há necessidade de deslocamento da população demandante oriunda de municípios mais distantes”. O sexto texto trata de uma investigação sobre a estagnação da economia brasileira. Os autores argumentam que trabalham com a hipótese de que “uma mudança estrutural do mercado de trabalho, causada pela expansão demográfica, consiste em uma das causas da estagnação do crescimento econômico, uma vez que a geração de empregos no setor de serviços, cujos retornos de escala são decrescentes, superou em muito o emprego gerado no setor de manufatura.” As estimações realizadas por MQO e GMM em séries de tempo, mostram que em geral, os efeitos do emprego industrial sobre o produto, é, em média, de duas a três vezes maior em relação ao emprego gerado nos serviços. A conferir. No sétimo artigo “utiliza-se de informações sobre a estrutura produtiva dos municípios de Estado de Mato Grosso do Sul em 2006 e 2016 para propor uma medida de complexidade econômica como apresentado por Hausmann et al. (2011), o Índice de Complexidade Econômica – ICE. “Para tal, adapta-se o método original de forma que o tradicional escopo de dados de comércio internacional seja substituído por informações relacionadas ao emprego formal, uma vez que à realidade municipal, tais informações demonstram aderir-se de maneira mais eficiente à captação da estrutura produtiva.” O indicador proposto no trabalho observou que, “em geral, há um movimento de diversificação da economia sul-mato-grossense, no entanto, não suficiente para observar crescimento dos níveis de complexidade relevantes, no período analisado”. No oitavo texto apresenta-se um

estudo prospectivo após a implementação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). O artigo nono trata de um exame dos diferenciais de rendimentos entre atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural nordestino. A partir de dados provenientes do PNAD (2015) e utilizando-se os modelos Blinder-Oaxaca e RIF Regression. Constatou-se que as atividades não agrícolas geram rendimentos maiores quando comparadas com as agrícolas. De todas as variáveis utilizadas na amostra, a escolaridade é a que explica melhor o fato de as atividades não agrícolas auferirem rendimentos superiores ao das agrícolas, sendo os Estados de Alagoas, Ceará e Piauí os que mais contribuem para a concentração de renda na Região. Por fim, comprova-se a importância das atividades não agrícolas para o desenvolvimento do meio rural nordestino brasileiro. O décimo artigo trata do desenvolvimento socioeconômico em municípios receptores de parques eólicos a partir de uma análise com base nos índices FIRJAN. Na amostragem de municípios testes, muitos não apresentam evidências de grandes saltos na evolução de faixas de classificação de crescimento, do primeiro para o segundo período, como o exemplo do município São Gonçalo do Amarante/CE, que permanece na mesma faixa de desenvolvimento moderado do IFDM – emprego e renda – no segundo período, caso semelhante ao município controle de Eusébio/CE. Assim, tanto no caso dos municípios do Rio Grande do Sul, quanto no Ceará reforçam a falta de evidências de comportamento diferenciado no desenvolvimento dos municípios receptores de parques eólicos. Com a realização dos testes de hipóteses, o método resultou que não existem diferenças significativas nas médias dos índices dos municípios testes e controles, comparativamente não apresentando evidências de comportamentos diferenciados. A forte recessão financeira do país nos últimos anos, pode ter colaborado para camuflar as evidências do desenvolvimento socioeconômico proporcionado pela instalação dos parques nos municípios receptores. A pesquisa delimitou-se na busca de evidências, sem a investigação mais aprofundadas para confrontar ou comparar os resultados com a realidade local vivenciada, passíveis de barreiras, influenciando o desenvolvimento social e econômico. O décimo-primeiro texto trata das transformações urbano-estratégicas da Praia do Forte no litoral baiano. O estudo conclui que atualmente, Praia do Forte apresenta um perfil distante da sua origem – não é mais uma vila de pescadores – contudo não se caracteriza como uma cidade. Tomando emprestado o conceito de simulacro (HARVEY, 2006), como aquele

que mais se aproxima da ideia ali evocada, podemos dizer que Praia do Forte mantem, como “tradição”, a imagem da vila de pescadores, enquanto local de natureza aprazível e modo de vida relaxado, ao passo que contem no seu seio, os confortos e benesses da vida moderna, que o sujeito urbano não quer abandonar”. O décimo-segundo artigo apresenta um estudo de Ecologia Política Urbana. Faz uma ênfase na conjuntura socioambiental da urbanização da América Latina, a qual retrata fenômenos como a megalopolização, desigualdade e a segregação; os quais se apresentam como produtos da interação de elementos políticos, sociais, econômicos e ambientais. Expõe também como a segregação pode ser instrumentalizada, por um setor da população, para estruturar e expandir a cidade de maneira irregular. Observa-se ainda que, com o processo segregativo se criam dois tipos de cidades; uma com todos os benefícios urbanos e outra ignorada pelo Estado, mas ambas interagindo na mesma urbe. Finalmente, considerando a retórica da Ecologia Política, pretende-se caracterizar de forma breve a cidade invisibilizada, aquela que foi estruturada afastada do centro urbano e que resiste a precariedade por meio de métodos adaptativos não sempre regulares. Essa caracterização multitemática da cidade, fornecida pela Ecologia Política, reforça e diversifica o debate da produção da cidade periférica. Como em *O espaço dividido* (Santos, 1979) o estudo conclui afirmando que a sensação de insegurança na cidade decorre de uma ressignificação de valores morais e éticos impulsionados pela dinâmica do narcotráfico, em que a violência se constitui numa forma de imposição de poder, fundamentada pelo volume de casos e pela motivação dos homicídios em Salvador. A banalidade das razões que ocasionam as mortes violentas denota a perda do valor da vida humana. O que decorre da dinâmica do narcotráfico na cidade e se constitui como específico para Salvador é a ostentação de poder das lideranças das gangues de rua, o status criminógeno. A sedução de jovens oriundos de contextos familiares desajustados em bairros carentes decorre de frustrações inerentes a uma inalcançável possibilidade de aquisição de bens e serviços difundidos por um consumismo exacerbado, motivando a demonstração de prestígio em manifestações culturais específicas. Trata-se de um constructo inerente às áreas mais carentes da cidade, principalmente os bairros que compõem os vetores de expansão do subúrbio ferroviário e do miolo da cidade. O décimo terceiro artigo (Panorama da violência em Salvador e a teoria do *status* criminógeno - uma aplicação da análise criminal) é, da mesma linha do anterior (devem ser lidos em conjunto). Ele

avalia os padrões, tendências e sazonalidades referentes aos homicídios ocorridos em Salvador, entre 2012 e 2016, a partir da aplicação da Análise Criminal Estratégica. A metodologia empregada, a Teoria Fundamentada nos Dados, estruturou-se, inicialmente, numa coleta quantitativa e, posteriormente, em entrevistas semiestruturadas, propiciando o processo de codificação e de categorização que culminou numa teoria substantiva capaz de explicar e de contextualizar o fenômeno estudado. De acordo com a teoria produzida, denominada de teoria do *status* criminógeno integrar uma gangue de rua vinculada ao narcotráfico ou consumir entorpecentes em bairros carentes da cidade de Salvador simboliza *status* social num paradigma que configura a violência como instrumento de imposição de poder. O décimo quarto artigo trata da mobilidade urbana vivenciada por alunos de uma escola pública. E o décimo quinto relata um estudo de caso da transferência de conhecimento e tecnologia entre empresa/universidade. Os resultados deste estudo sustentam a noção que transferência de conhecimento e transferência de tecnologia são construções distintas que envolvem diferentes tipos de atividades e sua relação entre Empresa e Universidade são facilitados por diferentes fatores organizacionais. Cada um destes fatores facilitadores da organização poderia, conseqüentemente, ser considerados como um meio de permissão tanto para as atividades de transferência de conhecimento quanto para transferência de tecnologia.

Tenham todos uma boa leitura e antecipadamente umas boas festas natalinas!

Noelio Dantaslé Spinola

Editor Chefe